

Temer fortalece Maia em trocas no primeiro escalão

Executivo. Além de emplacar aliado no Ministério das Cidades, presidente da Câmara deve dar aval para mudança no comando do BNDES, cujo titular está sob pressão da base

Igor Gadelha / BRASÍLIA

As mudanças no primeiro escalão que o presidente Michel Temer vai anunciar nos próximos dias irão fortalecer o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Além de decidir entregar o Ministério das Cidades a um aliado de Maia, o governo já prepara a troca do comando do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – defendida pelo presidente da Câmara. Temer quer manter uma boa relação com Maia em razão da posição estratégica do deputado. Como presidente da Câmara, ele é responsável pelo cronograma de votação do plenário, o que inclui a reforma da Previdência e as medidas fiscais já enviadas pelo governo. O governo também precisa de Maia para votar os ajustes na reforma trabalhista, na medida provisória enviada pelo Planalto, o que contrariou o deputado, que defendia as mudanças por projeto de lei.

Ontem, Temer foi à casa de

Maia para um almoço do qual participou o deputado Alexandre Baldy (sem partido-GO). Um dos principais aliados de Maia, Baldy foi convidado oficialmente para substituir Bruno Araújo (PSDB-PE) nas Cidades e aceitou. Parlamentares da base aliada e integrantes do núcleo político do governo também participaram do encontro, que se estendeu por toda a tarde. Segundo um ministro próximo de Temer, o presidente deve indicar um nome que tenha aval de Maia para comandar o BNDES, maior fonte de financiamento hoje no País. O atual titular do BNDES, Paulo Rabello de Castro, é alvo de pressão por parte de líderes da base governista. As críticas aumentaram após ele ter sido lançado pelo PSC como pré-candidato à Presidência, durante convenção do partido em Salvador (BA), anteontem. O argumento é de que Rabello de Castro não pode continuar no cargo sendo pré-candidato.

"Ele deve sair para cuidar só da candidatura dele agora", disse o líder do PR na Câmara, José Rocha (BA). "O Paulo Rabello não pode falar e fazer determinadas coisas na presidência do BNDES e continuar no governo. Por mim, ele já estaria fora", afirmou o vice-líder do DEM, deputado Pauderney Avelino (AM). Temer,

porém, ainda não bateu martelo sobre o nome do novo comandante do BNDES. Amigo do presidente, Rabello de Castro assumiu o BNDES em junho, após a saída de Maria Silvia Bastos Marques. A nomeação, contudo, nunca teve a simpatia de Maia. O presidente da Câmara não gostou de não ter sido consultado pelo governo sobre a escolha. Na época, ele defendia o nome de Luciano Snel, da Icatu Seguros, para o posto. Rabello de Castro vem sendo alvo de "fogo amigo" desde que assumiu o cargo, por bater de frente com o governo em algumas situações (mais informações nesta página).

A principal delas, a antecipação de pagamento ao Tesouro Nacional de empréstimos feitos ao banco de fomento. "Diarista". Ao Estado, o economista afirmou que a cobrança por sua saída "perdeu o objeto", pois não é candidato. Ele disse ter se filiado ao PSC para contribuir com uma "agenda para o debate nacional", mas não descartou se candidatar. "Sou candidato a continuar meu trabalho. No futuro, se o Brasil insistir e se o presidente Temer insistir, posso ter outra missão para cumprir no aspecto político." Em entrevista durante a convenção partidária, no sábado, o presidente do BNDES afirmou que só se considerará candidato após a convenção do partido. "Meu





cargo pertence ao ministro do Planejamento e, por sua vez, é um cargo do presidente. Brinco que sou um presidente diarista", declarou. No evento, Rabello de Castro, contudo, fez um discurso de candidato: "É preciso coragem para desafios do próximo ano e virada do Brasil para a prosperidade, que nós vamos ter".

Mas, ontem, atribuiu o lançamento de sua pré-candidatura à imprensa. "Se eu também fosse da imprensa estaria desejoso de aparecer mais nomes", desconversou. Na troca do comando do Ministério das Cidades, a indicação de Baldy vinha sendo articulada por Maia desde outubro e tem apoio do PMDB e de partidos do Centrão, entre eles PR, PSD e PP – sigla à qual o futuro ministro deverá se filiar, mas ainda sem data. No encontro de ontem na casa de Maia foi discutida não só a reforma ministerial, como a da Previdência. Temer também tem ouvido Maia para escolher o substituto de Antonio Imbassahy (PSDB-BA) na Secretaria de Governo. O PMDB de Minas reivindica o posto e já apresentou ao presidente dois nomes: o dos deputados Mauro Lopes e Saraiva Felipe. Ao deixar a residência oficial, Temer fez questão de se deixar filmar e fotografar ao lado do presidente da Câmara.

PARA LEMBRAR

Polêmicas à frente do banco

Em menos de seis meses na presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal instrumento do governo para financiar empreendimentos públicos e privados no País, o economista Paulo Rabello de Castro (*foto*) acumula uma série de polêmicas. Todas elas acompanhadas de frases de efeito que, por vezes, parecem vir de um opositor do governo e não de um de seus integrantes.

"O BNDES não tem tanto cheque para passar para a viúva", disse, em outubro, questionando uma determinação da equipe econômica para que o banco prepare novas devoluções de recursos ao Tesouro em 2018, de R\$ 130 bilhões. De 2009 a 2015 o Tesouro repassou ao banco de fomento mais de R\$ 500 bilhões, em empréstimos de longo prazo. Agora, o governo quer antecipar os pagamentos para ajudar as fechar as contas da União.

Escolha pessoal do presiden-

te Michel Temer, antes de assumir o BNDES Rabello de Castro presidiu por 11 meses o IBGE. Ao deixar o cargo disse que "não gostaria de sair do IBGE, a não ser por efeito de uma missão". No banco, já no mês seguinte à sua posse, iniciou uma cruzada contra a mudança na fórmula para a taxa de juros de longo prazo cobrada nos empréstimos feitos pela instituição. Mesmo com muita resistência de Rabello de Castro, a taxa foi mudada.

Depois, veio a questão da devolução de recursos. Na época, representantes da área econômica atribuíram as declarações do economista ao fato de estar "em campanha" para as eleições de 2018. Já eram fortes os rumores de que ele teria a intenção de ser candidato.

Sinal nessa direção seria a filiação de Rabello ao PSC, mas ele afirmou que o ato indica apenas um "movimento proativo". "Sou candidato a fazer o melhor possível no BNDES", disse. As resistências ao economista, antes restritas a parlamentares da base aliada, passaram a ser compartilhadas pela área econômica do governo.

Estaleiros cogitam uso de fundo da Marinha

Na movimentação para salvar seus negócios, o Estaleiro Atlântico Sul conta com a ajuda das lideranças setoriais, interessadas em resgatar ao menos parte da indústria naval brasileira. Além do lobby a favor da manutenção da exigência de conteúdo local, representantes dos estaleiros tentam conseguir com o governo novos incentivos.

A proposta mais recente encaminhada a auxiliares presidenciais é a de destinar 10% dos recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) para a renovação da frota da Marinha do Brasil. A entidade diz que, se o plano prosperar, seriam liberados cerca de R\$ 600 milhões para a construção de embarcações. Segundo Sérgio Bacci, vice-presidente executivo do Sinaval, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, pediu ao setor ideias de incentivos que não envolvessem contratações da Petrobrás.

A proposta de renovar a frota da Marinha já foi apresentada aos ministérios dos Transportes e do

Planejamento. “A princípio estamos sentindo que há boa vontade”, diz Bacci. Estimuladas pelo governo do ex-presidente Lula, empreiteiras correram para erguer estaleiros de olho nas demandas do pré-sal. O Estaleiro Atlântico Sul (EAS), criado em 2005, logo se tornou símbolo do plano petista de reerguer a indústria naval brasileira.

Como outros estaleiros construídos País afora, o estaleiro de Pernambuco ganhou uma parruda carteira de encomendas, com navios para servir à Transpetro e à exploração do pré-sal. A recessão e a Lava Jato vieram, a Petrobrás precisou rever planos, projetos foram cancelados e novos não vieram.

Nesse ambiente, o EAS, mesmo sob risco, é um dos estaleiros em melhor situação, já que ainda tem cinco projetos em carteira. “A grande maioria dos estaleiros já fechou ou está sem obra. No Rio, só tem estaleiro fazendo reparo. Vários estão apenas com equipe de manutenção”, afirma Bacci.

/R. A.

A bem-vinda remoção do entulho burocrático

» Fernando Valente Pimentel
Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit)

Será positivo para o Brasil se o pertinente e reconhecido esforço que vem sendo feito pelo governo nas medidas de facilitação e desburocratização do comércio exterior inaugurar uma efetiva e modernizadora reforma do Estado. Nesse sentido, há muito o que ser feito, pois o custeio da máquina administrativa dos Três Poderes, nas instâncias federal, estadual e municipal, incluindo as verbas vinculadas e os gastos obrigatórios, consome 95% dos impostos pagos pelos brasileiros. Restam, portanto, apenas 5% de recursos discricionários para prover investimentos públicos em áreas fundamentais, como a infraestrutura, o que explica a sua precariedade.

Há, também, um agravante à limitação orçamentária: a baixa produtividade de uma estrutura que foi sendo burocratizada ao longo de décadas. Pessoas físicas e jurídicas gastam muito dinheiro e tempo para cumprir todas as regras, pagar impostos e atender às exigências de normas que se alteram constantemente. Há insegurança jurídica e um ambiente que conspira contra a inovação e o empreendedorismo. Referendando esses problemas, pesquisa da

Consultoria Plum para a Sage demonstra que uma pequena empresa no Brasil gasta 135 dias de trabalho, 15 a mais do que a média global, apenas com questões administrativas. Por conta disso, a perda de produtividade das PMEs custa R\$ 79,5 bilhões por ano.

Assim, é necessária uma detalhada revisão de toda a estrutura burocrática estatal, bem como dos gastos e despesas dos entes da federação (União, Estados e Municípios). É preciso, ainda, uma análise técnica de todos os incentivos e subsídios existentes, com avaliação criteriosa da taxa de retorno à sociedade e do valor agregado à economia.

A modernização e racionalização da máquina administrativa pública devem realizar-se em paralelo às reformas estruturais em andamento. Precisam, ainda, ser feitas com transparência e definição correta dos conceitos, a começar por uma visão de orçamento base zero. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são peças importantes, voltadas ao atendimento das prioridades, à luz das demandas reais e das constantes transformações do País e do mundo.

Subsídios consistentes à desburocratização do Brasil podem ser encontrados no decálogo de recomendações da OCDE (Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Econômico) para o processo regulatório dos seus países-membros. Em síntese, o documento estabelece: normas precisam respeitar o Estado de Direito, atender com clareza a necessidades concretas, ser adotadas somente quando imprescindível a intervenção do governo, agregar benefícios reais à sociedade, respeitar opinião dos segmentos atingidos pela mudança e ser implementadas com total clareza.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), além de referendar as recomendações da OCDE, propõe o seguinte, para União, estados e municípios: qualquer nova norma que imponha obrigação acessória poderia ser adotada somente se outras duas análogas deixassem de existir, sem que se use a expressão “revogadas as disposições em contrário”, mas sim apontando-se exatamente quais seriam aquelas que perderiam a validade; e as novas normas teriam períodos específicos para entrada em vigor. Por exemplo, duas vezes por ano, de modo que se conheça em quais momentos as empresas podem saber que não haveriam alterações nas suas obrigações, salvo as excepcionalidades motivadas.

Todos precisam fazer sua parte para a retomada do crescimento econômico e o desenvolvimento, conquistas facilitadas por um Estado mais eficiente e moderno. Assim, que a bem-vinda desburocratização do comércio exterior seja a primeira de muitas medidas semelhantes.